



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2016 - ANO XXXV, NÚMERO 4



TRADIÇÃO AMEAÇADA

Últimos engenhos movidos a boi preservam cultura secular da produção artesanal de farinha na Ilha

Astrologia

Ao contrário do senso comum, atividade vai além da habitual coluna de horóscopo Pág 3

Sexismo em festas

Diferença nos preços de ingressos masculinos e femininos gera debate Pág 4 e 5

Meio Ambiente

Projeto Lontra tenta proteger animais ameaçados de extinção na Lagoa do Peri Pág 7

Integrar a equipe do *Zero* é um trabalho estressante e cansativo, mas gratificante. Ao longo de quatro edições, nos propusemos a ser analíticos e detalhistas, procurando integrar o jornal impresso à tudo aquilo que a mídia digital possibilita. Falamos sobre a política e o *impeachment*, fomos atrás do outro lado dos relacionamentos abusivos, conseguimos uma entrevista exclusiva com Elza Soares, trouxemos à tona o debate sobre a cultura do estupro e demos voz às mulheres pescadoras. Acompanhamos as mudanças de Reitoria dentro da Universidade Federal de Santa Catarina e experimentamos em primeira mão como é cobrir as eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Agora, em uma edição extraordinária de 12 páginas, somos futuros jornalistas enfrentando o tenebroso final de semestre, mas dispostos a deixar a redação e ganhar as ruas. Em nossas últimas matérias do semestre, falamos sobre o Projeto Lontra, em Florianópolis, a passagem da To-

cha Olímpica em Santa Catarina, os imigrantes haitianos, os veterinários públicos e os últimos engenhos de farinha do estado. Na página central, uma matéria ilustrada por quadradinhos, debate a cultura machista dentro das festas.

Somos 31 estudantes, dois professores e duas monitoras exaustos, porém com a sensação de missão cumprida. A última edição do *Zero* no primeiro semestre de 2016 traz também o nosso “muito obrigado” a você, leitor, que nos acompanha tanto aqui, quanto nas redes sociais.

Boa leitura!

ERRATA

1. Na Edição 3 (Junho/2016), página 3, matéria “Biblioteca Estadual leva acervo de 30 anos do Zero para a Rede”, quem levanta o DVD é o professor Ricardo Barreto, do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. 2. Na mesma edição, o correto é “Canto dos Ganchos” e não “Ponta dos Ganchos”, como foi informado no texto da contracapa.

OMBUDSMANN



Carlos Castilho

Carlos Albano Volkmer de Castilho é integrante da direção do Observatório da Imprensa e professor de Jornalismo Online. Possui mestrado e doutorado no Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós doutorando no Programa de Pós Graduação em Jornalismo (POSJOR), também na UFSC.

Pessoal,

O número de junho do *Zero* apresenta duas excelentes matérias que marcam as duas principais pautas da edição: a questão da mulher na sociedade atual e os problemas urbanos de Florianópolis. As reportagens “Duplicação divide a opinião de morado-

res” e “A cultura que estupra e mata mulheres” conseguem um bom equilíbrio entre a descrição do problema central (o gargalo viário no bairro Pantanal, e a violência física contra mulheres) ao mesmo tempo em que incluem histórias de protagonistas, opiniões de especialistas e ilustrações (fotos e infográficos). O texto sobre a cultura do estupro teve, além disso, o mérito de trazer a discussão também para dentro da universidade, um enfoque importante porque envolve o leitor do *Zero* na questão. O texto sobre a duplicação da Antonio Edu Vieira teve um diferencial relevante ao explorar também desdobramentos futuros das mudanças urbanísticas numa região vizinha à UFSC.

Nas demais matérias não houve o mesmo equilíbrio na arquitetura editorial de cada texto. Na reportagem sobre bailes funk a parte das entrevistas ficou muito boa, mas faltou envolvimento pessoal das repórteres. Senti falta de uma descrição mais personalizada de como é um baile funk numa favela de Florianópolis. É importante as pessoas tomarem conhecimento de outras realidades por meio de uma narrativa descritiva de um jornalista. A personalização passou a ser um elemento de atração de leitores diante

a pasteurização dos textos de grande maioria dos jornais comerciais. É um dos fatores que geram audiência para colunistas e blogueiros.

Na matéria sobre transsexuais a pesquisa foi perfeita mas também faltou um pouco mais de participação do repórter para documentar, por exemplo, como é o atendimento na rede pública de saúde a integrantes do segmento LGBT. Ouvir um lado e outro não dá a mesma dimensão de uma narrativa testemunhal.

Na reportagem sobre o Plano Diretor, o bom trabalho dos três repórteres levantou um problema, que não está no texto, mas que se manifesta em várias outras questões municipais: a dificuldade de comunicação entre funcionários públicos e membros das comunidades sociais. A participação do público na gestão municipal é hoje um mantra de políticos, da imprensa e dos líderes comunitários. Mas quando a participação sai da teoria e entra na prática, ela empaca por incompreensão mútua. É um problema complexo onde não há culpados e onde a universidade tem um papel insubstituível na busca de alternativas comunicacionais.

Nos vemos na próxima edição e quem entrar em contato comigo é só usar o ccastilho@gmail.com.

CRÔNICA

Tudo no seu lugar

POR MALENA WILBERT

Como boa virginiana que sou — com uma certa obsessão por organização e encerramentos — cada fim de semestre é uma oportunidade para uma faxina daquelas, com direito a tirar as gavetas e abrir as caixas esquecidas debaixo da cama. De seis em seis meses eu pratico esse exercício e jogo fora tudo aquilo que não vai ser mais útil para o próximo meio ano.

No meio de papeis, cartas e roupas que não tinham mais nada a ver com quem me tornei, dou risada de sentimentos que em janeiro pareciam que fariam meu coração parar de bater. *Spoiler*: ele não para. Você segue em frente, e antes que você perceba, aquilo nem tem tanta importância pra você.

Seis meses passam muito rápido. Mas é tempo pra caramba. É tempo o suficiente para construir ou destruir laços. Às vezes, aquela amiga ou aquele amor que parecia ser pra sempre acabam indo pra caixa de doação — junto com aquela blusa que você jurava que fazia seu estilo quando comprou.

Elas vão aquecer outras pessoas. Vão dar conforto e risadas a outras pessoas. E tudo bem, porque elas não servem mais pra você. Então pra quê continuar guardando e ocupando o tempo de quem pode ser útil para outrem?

Todas as risadas, todas as noites em que juntos enfrentamos alguma barra vão continuar ali, guardadas. Mas às vezes amor não é o bastante e as coisas param de fazer sentido. Seis meses é tempo o suficiente para a gente mudar e decidir tomar rumos diferentes, rumos que não se encontram. E nesses desencontros você também conhece gente nova ou continua ao lado de quem você vai construir laços mais fortes que pontes de hidrogênio.

No final, caixa por caixa, tudo já se encontra no seu lugar. A papelada velha vai embora, junto com sentimentos tóxicos aos quais às vezes a gente se apegava. No final, sobra espaço — no guarda roupa, nas gavetas e no coração — para as coisas novas pelas quais vamos nos apaixonar nos próximos seis meses.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários:
✉ zeroufsc@gmail.com
☎ (48) 3721-4833
📱 /jornalzero
🐦 @zeroufsc
Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000



Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015



Melhor Peça Gráfica
Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

EQUIPE

Ana Carolina Vaz, Carol Andrade, Felipe Freitas, Gabriel Daros, Gabriel Neves, Gabriela Bankhardt, Gabriela Pederneiras, Gabriela Prestes, Gisele Flôres, Gustavo Cruz e Silva, Icaro Navarro, João Marcos Halliday, Juliana Fernandez, Leonardo Filomena, Lívia Rezende, Lucas Weber, Luciane Toledo, Luisa Scherer, Malena Wilbert, Marina de Oliveira, Matheus Alves, Michel Gomes, Miriam Amorim, Nahomie Laurore, Pedro Stropasolas, Roberta Bucheler, Rubens Lopes, Taynara Nakayama, Vitor Shimomura, Willian Rotta

EDIÇÃO

Amanda Casemiro e
Manuel Vitart

CAPA

Pedro Stropasolas

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Janara Nicoletti
SC 02957 JP
Frederico S. M. de Carvalho
SC 01787 JP

MONITORIA

Cintya Ramlov e Fernanda Costa

IMPRESSÃO

Gráfica Grafinoorte

TIRAGEM

5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Nacional

FECHAMENTO

15 de julho

Verdade ou não, crença nos astros movimentou mercado

Mesmo não sendo considerada profissão, muita gente se sustenta interpretando e lendo as estrelas

O horóscopo que a maioria dos jornais tradicionais publica diariamente irrita alguns leitores e até astrólogos. Uma lenda urbana conta que estagiários de jornalismo são encarregados de escrever as previsões. Outro mito diz que os textos são sorteados ao acaso pelo editor. Daniela Rossi, astróloga especializada em Psicologia Transpessoal, defende o trabalho de seus colegas de trabalho: “Mesmo pra essa frase genérica existe uma técnica que dá um trabalhão fazer. Eu respeito quem gasta seu tempo fazendo isso, mas eu detesto”.

Ativa no mercado como astróloga há 15 anos, Daniela Rossi assume posição crítica em um debate polêmico: a publicação de previsões diárias para leigos em astrologia prejudica ou ajuda a categoria? “Acho um desserviço para a astrologia essas tirinhas de Jornal e os horóscopos diários. Isso não é astrologia séria. É uma generalização”. Apesar das críticas, ela valoriza a presença do tema nos jornais. “Isso populariza e mantém o mundo inteiro falando de astrologia. Porque as pessoas podem não acreditar, mas sabem seu signo”.

A astrologia também viralizou no Facebook. Diversas páginas foram criadas com objetivo de publicar somente memes com piadas relacionadas aos signos. A astróloga florianopolitana Cristina Paegle desenhou o primeiro mapa astral há 30 anos e criou sua conta na rede social há dois. Páginas com informações pertinentes e conteúdo confiável apareceram no seu feed de notícias. Charlatões, também. “As pessoas que não estudam não tem como saber se está certo ou errado, até que ponto tem a ver ou não”, lamenta.

Atual presidente da Central Nacional de Astrologia (CNA), Leonardo Lemos compartilha algumas piadas astrológicas em seu Facebook. Já trabalhou escrevendo horóscopo diário de jornais, mas não quer mais. Acha “um trabalho mais de retórica do que astrologia”. O texto de jornal contém previsões feitas a partir do céu do dia, que às vezes não têm mudanças significativas em relação ao dia anterior. Análises mais detalhadas são feitas durante uma consulta

particular com um astrólogo. Assim como Daniela e Cristina, Leonardo possui um escritório para atender seus clientes onde faz mapas astrais com dicas para autoconhecimento. “O astrólogo não é adivinho, ele é um analista de circunstâncias inscritas pelo céu”.

Astrólogos podem fazer consultas individuais ou para casais, empresas e organizações. A CNA pretende conectar astrólogos de todas as áreas e, para participar, basta trabalhar com astrologia e pagar uma anuidade. Atualmente, cerca de 100 pessoas estão cadastradas na Central - certamente número de astrólogos no Brasil é maior. Existem ainda outras agremiações espalhadas pelo país, como um sindicato em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Há também astrólogos que não se integram. Não existe um motivo comum para o distanciamento. Cristina Paegle, por exemplo, não se associa porque não acha necessário.

“O ASTRÓLOGO NÃO É ADIVINHO, ELE É UM ANALISTA DE CIRCUNSTÂNCIAS INSCRITAS PELO CÉU”

A atual tarefa de Leonardo Lemos como presidente da CNA é estimular mais pessoas a se associarem. Sua maior dificuldade é convencer sobre qual a importância da união. “É justamente formar um corpo para o profissional ter respaldo, ter o que apresentar”. Os astrólogos cadastrados podem ser consultados no site da CNA, que funciona como uma espécie de catálogo com nomes ativos no mercado.

Daniela Rossi foi vice-presidente da CNA até o final de 2015. Defende que a união também serve para firmar o espaço da sua ocupação. Como a maioria dos astrólogos, também trabalhou em outra área - era advogada. Hoje, ela observa como outros trabalhos são mais valorizados. “Na hora de preencher a ficha de um hotel, é raro o astrólogo escrever as-



Cristina Paegle tem a astrologia como sua principal fonte de renda há 30 anos

trólogo. Ele coloca sempre a profissão de antes”. Leonardo Lemos nota como leigos ignoram o tamanho do seu mercado profissional. “Hoje em dia não dá pra você sobreviver de astrologia, dá pra você viver, e viver muito bem”. O preço da consulta com os astrólogos entrevistados varia entre R\$ 250 a R\$ 350.

Desde a aprovação da Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002, a astrologia é considerada uma ocupação. O documento reconhece e descreve várias ocupações no mercado de trabalho brasileiro, como músicos, caciques e lavandeiros. As atividades normatizadas pelo CBO possuem direito a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Ocupações são diferentes das profissões por não necessitar formação. Já houve uma discussão para tornar a astrologia uma profissão, recusada pela maior parte da categoria, que possui muitos profissionais autodidatas.

O debate segue até hoje, ainda que mais enfraquecido. Daniela Rossi é a favor de regulamentar a astrologia como profissão. Caso acontecesse, os astrólogos ativos necessitariam passar por exames para exercerem suas atividades. Ela acha que alguns astrólogos têm medo de não serem aprovados numa avaliação deste tipo e compreende o receio dos colegas. “Concordo que isso não atestaria você ser bom ou não. Eu passei por uma OAB, e te digo: não é uma OAB que prova se eu sou boa ad-

vogada. Acho ridículo, igual passar num vestibular”.

Cristina Paegle não acha necessário transformar sua atividade em uma profissão. Teme que a regulamentação restringiria as diversas formas de trabalho possíveis. Leonardo Lemos também é favorável a manter a astrologia como ocupação. Explica que já foram criadas grades curriculares padronizadas para as escolas de astrologia do país. “Às vezes, você criar uma profissão cria toda uma nova burocracia e uma fiscalização que vai estrangular a liberdade. Não sei até quanto isso é bom”.

A duração das consultas não possui padronização. Cada astrólogo estabelece o tempo para seu atendimento. Cristina Paegle explica que, como geminiana, fala demais. Seu recorde numa consulta foi de quatro horas. Devido a longa duração, grava a conversa e entrega em CD ou Mp3 para seus clientes. Eles quase sempre retornam ao consultório, localizado numa sala da casa de Cristina. Os seus clientes sempre a recomendam para conhecidos. Afastada das associações, a astróloga tem como principal forma de divulgação sua imagem positiva. ☺

Lucas Weber

lucasweber8@gmail.com

Matheus Alves

matheusalvesdealmeida@gmail.com

Por que mulheres pagam menos em festas?

Apesar do Procon não apontar irregularidade, advogada questiona a legalidade da diferenciação

As festas universitárias fazem parte da vida dos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de muitas faculdades brasileiras. Para quem passa a semana inteira no trajeto casa-aulas-estádio-biblioteca, a alternativa de entretenimento é uma das mais procuradas e faz tanto sucesso quanto os bares ao redor do campus. O preço baixo é o grande atrativo, já que a maioria das festas oferece o esquema *open bar*. Esses eventos têm preços desiguais no ingresso feminino e masculino, assim como em muitas casas noturnas de Florianópolis. É fácil encontrar uma diferença de R\$ 10 a R\$ 20 no ingresso, e isso está tão naturalizado no dia a dia das pessoas que a maioria não questiona o motivo dessa desigualdade.

A diferença de preço no ingresso das festas é reflexo de uma cultura machista que permeia nossa sociedade, e reforça os papéis de gênero e a relação de poder. Seguindo essa lógica, o homem pagaria mais por ser o provedor e por ter independência financeira, e é estimulado a conquistar várias mulheres, pois seria esse seu ‘instinto natural’. Elas seriam o produto pelo qual o homem está pagando. Adriano Beiras, professor das disciplinas Gênero, Corpos e Sexualidade e Psicologia Social, do curso de Psicologia da UFSC, diz que a diferenciação de preço é um efeito de algo maior e só faz sentido porque existe a naturalização do sexismo dentro da sociedade. “Se a gente reprimitasse ou dissesse e acreditasse que isso não é correto, isso não aconteceria. Isso ainda dá mídia. É claro que você tem que pensar no que o cliente tá pensando quando eu faço isso. Na realidade, como ele tá recebendo isso. Quando diferencia esse preço, a margem do rapaz, ele vai dizer ‘poxa, vai um monte de menina lá, então eu vou lá porque eu vou ter mais meninas pra eu fazer o corte’ - paquerar, namorar, enfim”.

Para os organizadores de festas universitárias que cobram ingressos diferenciados, o motivo é outro. Das quatro fontes entrevistadas, duas de festas organizadas por alunos - Metal Mecânica e Insanitária - e uma da Agência PHE, que organiza 11 festas universitárias em Florianópolis, alegam que um dos motivos de cobrar mais dos homens é fisiológico: para elas, os homens bebem mais que as mulheres. Junior Fabre, um dos organizadores da Metal Mecânica, usa outro argumento para a cobrança: “Como tem a tradição do feminino ser mais barato, se a gente aumentar o preço, vai ser o contrário: vai ter menos mulher. Porque as mulheres estão acostumadas a pagar mais barato. Se a gente aumentar o preço da Metal, fazer um ingresso unissex, a gente vai ter que jogar o valor, se basear no ingresso masculino”, explica Fabre.

Inclusão

As festas universitárias não são as únicas alternativas de diversão. Algumas casas noturnas em Florianópolis também visam o público jovem, mas algumas delas têm ingresso unissex. Rose Bär, gerente da Treze, balada que fica no Centro da cidade, afirma que a casa nunca cogitou cobrar preços diferentes porque acredita que é uma atitude ‘chamariz’ de mulheres e, conseqüentemente, de homens,

e que exclui ao invés de incluir pessoas. A balada é considerada alternativa e foge da heteronormatividade - situações em que orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas -, na qual a diferença de preço no ingresso está incluída. Bär diz que a noite é um organismo vivo e considera esse tipo de escolha um ato político.

A equipe da Treze recebeu um treinamento de capacitação da Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH). A Associação, voltada para os direitos e políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais), prepara funcionários de diversos lugares, inclusive casas noturnas, para lidar com situações de machismo, racismo, lesbofobia, transfobia e homofobia. A ADEH costuma realizar de três a quatro encontros em que se discute gênero e preconceitos, e avalia estratégias para que o ambiente se torne mais inclusivo. A Associação acompanha a empresa que, se tudo correr como o combinado, recebe o selo ADEH de treinamento. Essa preparação é voltada principalmente para pessoas transexuais e travestis, que são as mais atingidas pelo preconceito nas festas.

“A CONSTITUIÇÃO GARANTE A IGUALDADE, E ALI A DISCRIMINAÇÃO NÃO É RAZOÁVEL”

Lirous K'yo Fonseca Ávila, coordenadora geral da ADEH, conta que em muitas festas de Florianópolis, pessoas transexuais ou travestis são barradas na entrada porque ainda não conseguiram trocar o documento de identidade, ou ainda têm que pagar pelo ingresso de acordo com o sexo que consta no RG, e não com o gênero com o qual se identifica. Essa é uma conduta cisnormativa, ou seja, que exclui as pessoas travestis, transgêneras ou transexuais. A coordenadora da ADEH lembra que nem todas as baladas alternativas têm uma conduta inclusiva em relação a essas pessoas. Apesar disso, ela relata que nunca recebeu reclamações de pessoas trans em festas universitárias e acredita que seja pela presença pequena dessa comunidade nesse tipo de evento.

Fabre conta que na última edição da Metal Mecânica houve a presença de um homem trans, e teve liberdade de escolha para comprar o ingresso feminino ou masculino. Já na Agência PHE, isso é definido de acordo com o sexo que consta no documento de identidade, e já receberam ligações de pessoas trans para saber qual ingresso poderiam comprar. “Mas se a pessoa vier procurar a gente, vamos conversar e tentar resolver da melhor forma”, completa Felipe Sorriso, coordenador de marketing da agência, ao falar sobre pessoas que ainda não atualizaram o documento.

O que diz a lei

O Procon/SC não tem conhecimento de reclamações de consumidores da prática diferenciada no preço de ingressos. Segundo Maycon Baldessari, diretor do Procon/SC, a assessoria jurídica não sabe se existe uma lei estadual que permita ou não

a diferenciação do preço de ingressos por gênero em casas noturnas. “Não podemos afirmar se há ou não prática inflativa. Compreendido os princípios constitucionais que se aplicam à hipótese da livre iniciativa, propriedade privada e sua função social, defesa do consumidor e isonomia, poderia-se dizer que não fere os direitos dos consumidores”. Na possibilidade de uma futura reclamação, Baldessari garante que o órgão atenderá o caso configurado como uma relação de consumo.

Enquanto o Procon/SC não sabe se isso é permitido ou não por uma lei estadual, o Procon de Bauru (SP) proibiu as casas noturnas da cidade de cobrar preços diferenciados pelo sexo por considerar a prática uma violação ao princípio de isonomia, especificado no artigo 5º da Constituição Federal, que garante igualdade a todos perante a lei.

A advogada Maiara Amante fez o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre essas cobranças diferenciadas. “É inconstitucional porque a Constituição garante a igualdade e ali a discriminação não é razoável, é ilegal porque o Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê o direito a informação, publicidade e que não sejam praticadas condutas discriminatórias. E que, se houver, elas têm que ser motivadas”.

Para Amante, um exemplo de discriminação justificada é a meia-entrada para estudantes em cinemas por eles não serem economicamente ativos. “Nas entradas dessas baladas, não há justificativa. Só há que homem paga R\$ 50 e mulher R\$ 20”, completa. De acordo com o TCC de Mayara Amante, conclui-se que em festas *open bar* há uma cobrança diferente do mesmo serviço discriminando o gênero e a igualdade do consumidor, o que é violação do CDC. O *open bar* não limita o consumo de bebidas pelo sexo e os organizadores não justificam essa cobrança com base em leis, o que é errado perante a Constituição e a Política Nacional das Relações de Consumo, anulando o argumento “o homem bebe mais”.

Essa diferenciação também ocorre em casas noturnas como a Fields. A variação do preço do ingresso masculino fica entre R\$ 20 e R\$ 40, dependendo do horário e de ter ou não nome na lista. A equipe do *Zero* entrou contato com a casa para saber o motivo de cobrar valores diferentes em *couvert* artístico, mas não obteve retorno.

Para Fernanda Martins, professora de Direito na UFSC, além de denunciados ao Procon, os espaços também devem ser boicotados. Não pela ilegalidade na cobrança, mas pelos problemas sociais que trazem. “Como ele vai se defender [o consumidor]? Indo ao Procon em todas as festas que a pessoa quer ir? Isso é o complexo. Mais do que através do Direito, buscando mudanças legais, o processo está aí: em construir um processo político que seja consciente. Que esses espaços estão aí e temos que boicotá-los”, conclui. ☺

Felipe Freitas

felipemedeirosfreitas94@gmail.com

Gabriel Daros

gdarosl@gmail.com

Luisa Scherer

scherer.luisa@gmail.com

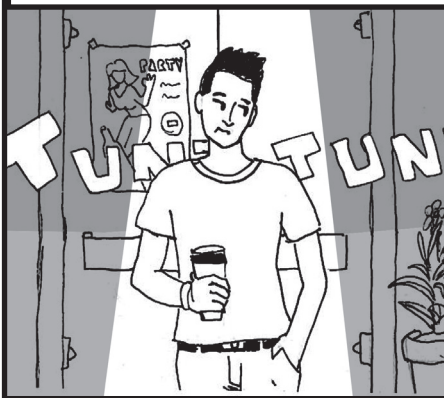


O PREÇO QUE SE PAGA

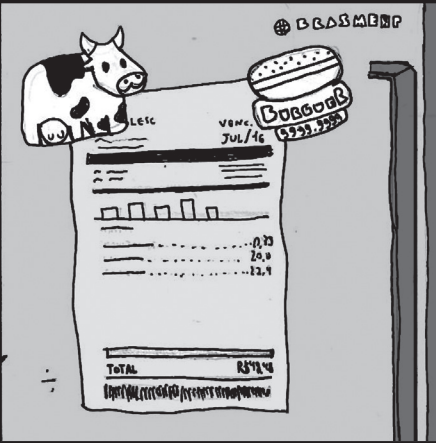
EM UMA FESTA UNIVERSITÁRIA QUALQUER EM FLORIANÓPOLIS...



TODA FESTA ERA O MESMO DILEMA PARA PEDRO. SENTIA-SE MAL POR PAGAR MAIS NO SEU INGRESSO. AO COMPRÁ-LO NO TERCEIRO LOTE, A DIFERENÇA SUBIA ENTRE 15 E 20 REAIS – METADE DE UM FEMININO DO PRIMEIRO LOTE.



A DIFERENÇA, INICIALMENTE POLUCA, DAVA AS CARAS AO LONGO DO MÊS, ONDE IR EM MAIS DE UMA FESTA EQUIVALIA A PAGAR OU NÃO A CONTA DE LUZ MENSAL.



AD CONTRÁRIO DE SEUS AMIGOS, PEDRO NÃO ACREDITAVA QUE APROVEITAR O OPEN BAR ERA SINÔNIMO DE BEBER ATÉ CAIR. SABENDO QUE O LUCRO DAS FESTAS CAPITULAVA SOBRE O INGRESSO MASCULINO, VOLTAVA PARA CASA COM A MESMA CONCLUSÃO.



PARA AMORTECER OS GASTOS, PEDRO E SEUS AMIGOS OPTAVAM POR IR DE CARRO E DIVIDIR O COMBUSTÍVEL AO INVÉS DE PAGAR PELAS VANS QUE A ORGANIZAÇÃO DISPONIBILIZAVA. A IDEIA, NO FIM DAS CONTAS, COLOCAVA ELES E OUTRAS PESSOAS EM RISCO NO TRÂNSITO, ESCAPANDO DE ACIDENTES POR UM FIO. O ARREPENDIMENTO NÃO DURAVA MAIS QUE UM DIA, JÁ QUE IR EM UM OPEN BAR E SAIR SEM BEBER ERA O PRIMEIRO CONCEITO DE PREJUÍZO PARA UM UNIVERSITÁRIO.

O SEGUNDO CONCEITO ERA A IDEIA DE IR NUMA FESTA DESSAS E NÃO PEGAR NINGUÉM. SEUS AMIGOS NÃO COBRAVAM ENTRE SI...



EM OUTRA BALADA NO CENTRO DA CIDADE, MAIARA SENTIA NA PELE AS CONSEQUÊNCIAS DESTA IDEIA. O DESESPERO DE ALGUNS CARAS ERA ABSURDO A PONTO DE MUITOS DELES AGIREM VIOLENTAMENTE DIANTE DO DIREITO BÁSICO DELA DE CURTIR A FESTA SOZINHA.



COM O PASSAR DO TEMPO, MAIARA NOTOU O DENOMINADOR COMUM DAS FESTAS EM QUE TINHA MENOS PROBLEMAS: OS INGRESSOS NÃO FAZIAM DIFERENÇA DO SEXO.



ESTUDANTE DE DIREITO, AO CHECAR O TEMA A FUNDADO, DESCOBRIU QUE OS INGRESSOS DIFERENCIADOS FERIAM A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA NO PRINCÍPIO DE ISONOMIA.



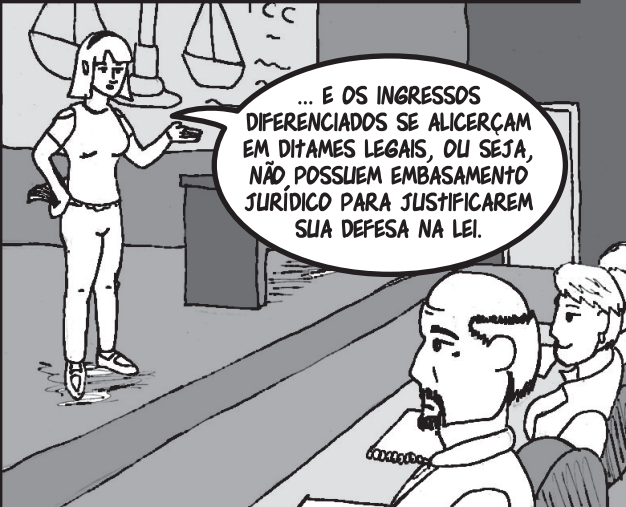
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

NO SEU TCC, MAIARA DEFENDEU A INCONSTITUCIONALIDADE DOS INGRESSOS DIFERENCIADOS:





Sid seiva a mandioca para a farinha do Sertão do Peri. A comunidade do Sul da Ilha preserva a tradição dos engenhos de cangalha, onde o boi gira em torno do forno

Os últimos engenhos de cangalha da Ilha

Histórias dos manezinhos que mantêm a tradição da produção de farinha com tração animal

Dentro do engenho de Seu Aílton, no Sertão do Peri, o corpo pesado do boi Moreno percorre incessantemente o rastro de palha seca ao redor da cangalha, enquanto Sid, escondido sob a névoa branca de farinha torrada, orienta o animal de 500kg durante o ofício. Observando o ritual, a vizinhança deslumbra a atuação do homem robusto, coberto pela fina camada de pó de mandioca. Também ajuda na produção; plantam, colhem, descascam e trituram o legume. A comunidade rural, crescida entre os morros cobertos por Mata Atlântica que separam os distritos do Ribeirão da Ilha e do Pântano do Sul, mantém por meio de gente como Sidnei Izidro Martins, nativo da localidade, a tradição da produção colonial da farinha, principal atividade de subsistência da Ilha de Santa Catarina durante os últimos dois séculos.

Na fachada do casarão de tijolos que abriga o engenho do Sertão, uma tora de madeira larga pendurada na porta de entrada exhibe a reverência ao criador: Jaime Antônio Duarte. O militar aposentado ergueu a estrutura colonial e confeccionou todas as peças necessárias para o funcionamento da engrenagem de madeira apenas com machado, facão e enxó. A estrutura finalizada em 2006 teve dois anos de duração e contemplou seu dese-

jo de reconstituir a cultura que a família adquirira em sua infância: o pai também tinha um engenho de cangalha em casa. Ainda hoje faz questão de visitar a criação, mesmo sendo aparentes as dificuldades físicas para se locomover, em razão do recente tratamento para um câncer na próstata. Hoje, brinca com Sid ao experimentar a nova leva de farinha que o ami-

açoriano tinha conhecimento das transmissões de engrenagens, provenientes dos moinhos eólicos, esse sistema foi implantado em Florianópolis com a adaptação da moagem da mandioca e a torrefação. Devido à inconstância do vento e irregularidade da energia eólica, eles começaram a adaptar os engenhos à tração animal.

“QUANDO ELA FOI FAZER O BIJU, A LÁGRIMA CORRIA PELO ROSTO ENRUGADO... É UMA COISA QUE ESTÁ NA ALMA DESSE POVO, E O ENGENHO TRAZ ESSE SENTIMENTO”

go acaba de torrar, e involuntariamente é tratado como especialista. Fala de cada pequeno detalhe e personagem daquele espaço: o carro de boi, as portas, o canzil, a canga, o paiol, a rodete, e tantos outros vocabulários. Assim como Sid, tem muito claro que suas mãos são responsáveis por mais alguns anos na história da comunidade do Sul da Ilha.

A tradição dos engenhos de farinha de mandioca está ligada com a vinda dos açorianos para o litoral de Santa Catarina, por volta de 1750. Com dificuldade no plantio de trigo, os europeus observaram que os índios tinham facilidade na produção da farinha de mandioca. Como o

Os poucos que sobraram na cidade — cerca de 15 — prezam pelo resgate da tradição rural, agregam outras culturas e manifestações, como a renda de bilro, terno de reis e festa do divino, que fazem parte da identidade do manezinho. “Hoje a gente fala muito de engenho de farinha e vê muita gente retomando essa cultura dos engenhos graças a essa persistência de meu pai manter esse engenho desde 1860. Hoje nós temos outros engenhos construídos em pleno século 21. Esse foi um dos maiores legados que os descendentes de açorianos deixaram”, conta Aílton Bonifácio Barbosa, proprietário do engenho do Sertão do Peri.

Quase todas as etapas da produção de farinha na localidade envolvem a força dos quatro bois de Aílton, o dono da terra em que a engrenagem tradicional foi construída. Ele mora na Armação do Pântano do Sul, mantém aquele terreno fértil, cheio de árvores frutíferas, como um refúgio de fim de semana, desde que o adquiriu, em 2002. Seus animais têm aspecto saudável, são grandes, fortes e revezam no momento em que demonstram fadiga no andame, notada na caminhada lenta e pausada. Quando substituídos, são levados por Sid ao pasto e lá permanecem até serem novamente utilizados no processo. Os bois estão acostumados com o agricultor, obedecem quando Sid exige mais rapidez no passo através da voz alta e imperativa, quase onomatopéica. O homem, presente desde a primeira farinha, é um dos únicos a retirar e recolocar a venda nos olhos dos animais. Qualquer outro compadre ou visitante que ouse domá-los é recebido por chifradas e resmungos ariscos.

O processo de produção da farinha dura em torno de três dias. Começa com a colheita da mandioca na roça que Aílton cultiva nos altos do terreno. Após o transporte até o engenho, através do carro de boi, o monte é acumulado no piso do recinto para que homens, mulheres e crianças iniciem a raspagem das raízes. Depois de descascadas, as mandiocas

permanecem mergulhadas em água até serem raladas em um seivador e acumuladas já em forma de massa, em balaios. Inicia-se a etapa de prensar e secar a massa. Depois de seca, ela é esfarelada em um coxo de madeira, e peneirada para ir ao forno. No estágio final da produção (onde os olhos se voltam para Sid) a massa de mandioca vai ao forno para ser torrada e depois repartida para a vizinhança. Além da farinha de mandioca é feito o bijú e outras iguarias. É o último ano que terá colheita em sua plantação. A partir de 2016, a mandioca será encomendada de outras localidades. O motivo é o avanço das Cotias sobre o aipim. Nem a cerca construída nos últimos meses para impedir a passagem do roedor conseguiu contê-los — comeram 40% da plantação.

História

Quando o rei de Portugal, Dom João V, no final do século 18, soube do sucesso dos recém-chegados açorianos e do progresso com os engenhos de farinha de mandioca, criou uma lei (provisão régia de nove de agosto) determinando que a farinha de mandioca teria apenas que suprir a subsistência das famílias, além das tropas portuguesas fixadas em Florianópolis. A partir daquele momento ficara proibido qualquer tipo de comercialização — incluindo a venda para o último porto seguro do Atlântico Sul com o Rio da Prata, onde os navios paravam na cidade para reabastecer suprimentos básicos.

Para Cláudio Agenor de Andrade, artista plástico e um dos organizadores da farinhada do Engenho dos Andrade, outro remanescente engenho de cangalha, a possibilidade de desenvolver a indústria de farinha aqui foi um desastre. “As famílias iam vender farinha para quem? Por isso que o povo do litoral empobreceu muito. E pouco se sabe da produção de farinha de mandioca por causa dessa determinação.”

Do final do século 19 até a segunda metade do século 20, a produção da farinha, marcada pelo caráter familiar e geracional, representou o apogeu da agricultura como referência econômica da Ilha de Santa Catarina. Estima-se que existiam



Dona Maria utiliza da farinha de mandioca para o preparo do Bijú, iguaria servida durante a produção

mais de 300 engenhos na cidade — só no Sertão do Ribeirão eram mais de 20.

A partir da independência do Brasil, em 1822, Dom Pedro II usou o potencial de produção do Sul do Brasil em benefício da Guerra do Paraguai, estimulando o surgimento de novos engenhos para suprir as tropas. “Só aqui no Distrito de Santo Antônio tiveram cerca de 66 engenhos de farinha nesta época de 1864 a 1870. Agora, imagina em toda a Ilha e em todo o litoral. Então, nesse período, a farinha deixou de ser chamada de farinha de mandioca e passou a ser chamada de farinha de guerra — nome que ainda é falado pelos mais velhos”, conta Cláudio.

A produção da farinha de mandioca voltou a declinar em meados do século 20 por conta da modificação de zoneamento de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tornando a terra valorizada e, conseqüentemente, impossibilitando o cultivo e a manutenção do gado das famílias mais pobres. “Então, esse cenário de Florianópolis deixa de ser rural, e o interior passa a ser urbano. A outra causa também foi o lobby criado por produtores do trigo para menosprezar a mandioca, que é extremamente brasileira e rica de nutrientes, dizendo que quem se alimentava só desse alimento tinha deficiência mental e mais um bocado de coisas, com o objetivo de trazer atenção à pro-

dução do trigo que chegava com tudo da Europa”, comenta Cláudio.

Para seu Jaime, o futuro dos engenhos de farinha está perto do fim. “Aqui no Sertão já tinha acabado a tradição de engenho tocado a boi com a onda de botar luz, a partir da eletrificação da Ilha, em meados de 1960. Só que a luz não tem graça. Pra mim o legal é ver o boi trabalhando e as crianças vendo, participando. Foi também o estudo, sabe. Porque naquele tempo o pai criava o filho e botava na roça, e não no estudo. Então, os engenhos vão acabar porque não tem mais gente que trabalhe mais.”

Cláudio tem outra perspectiva. Não enxerga com pessimismo a continuidade da tradição. Lembra que os engenhos estiveram em risco eminente de desaparecer e acabaram ressurgindo, após a iniciativa de pessoas interessadas em manter a cultura secular. Para ele, “a cultura é que nem uma brasa, basta soprar que ela reacende”. Mas o artista plástico alerta que é essencial incentivar a atividade dentro de núcleos de educação. “É importante que se apresente uma alternativa que alie altruísmo e educação para dar continuidade a esse processo.”

O Engenho e Casarão dos Andrade é uma das relíquias da Ilha. Situada no Caminho dos Açores, em Santo Antônio de Lisboa, a propriedade abriga as duas

construções históricas — construídas em 1860 e que simbolizam a típica arquitetura açoriana. Pertencia a Agenor José de Andrade, pai de Cláudio e quem iniciou o processo de produção de farinha na localidade. Atualmente, é também um espaço cultural que cede às novas gerações uma oportunidade de conhecer o funcionamento de um engenho tradicional de cangalha, além de situar o contexto histórico do seu surgimento na Ilha de Santa Catarina.

Através de ações educativas, crianças de escolas da capital realizam visitas ao espaço, a família Andrade organiza atividades de manifestação da cultura local, como o folguedo do boi-de-mamão, rodas de contação de histórias

do folclore ilhéu — a maioria difundida pelo pesquisador e renomado folclorista catarinense Franklin Cascaes — e produções artísticas em cerâmica.

Cláudio relembra com felicidade uma história que segue perpetuada nas entranhas de seu engenho. “Uma senhora da Barra da Lagoa, de 99 anos, ficou sabendo que a gente estava fazendo farinha e veio aqui porque era um sonho dela ver a permanência de um engenho tocado a boi. E, chegando na porta de entrada, ela ficou emocionada, se benzeu, e pediu para que no final da farinhada, usasse a quentura do fogo para fazer bijú. Ela queria fazer o último bijú da vida dela. E lembro que, de tão emocionada, quando ela foi fazer o bijú, a lágrima corria pelo rosto enrugado e fritava no cobre quente. Então é uma coisa que está na alma desse povo, e o engenho traz esse sentimento.”

Pedro Aguiar Stropasolas
pedrostropasolas@gmail.com
Vitor Shimomura
vitorshimomura@gmail.com



Baixe o aplicativo para leitura do código - QR droid (Android) ou QR Reader (iOS) - e confira a reportagem na íntegra.



Manifestação da cultura açoriana carece de ações educativas para atingir jovens



Após torrada, a farinha é repartida entre a vizinhança e os visitantes do engenho

Florianópolis está sem veterinário público

Políticas pensadas para o bem-estar animal ainda são insuficientes para atender à demanda na capital

Ao chegar no Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Florianópolis, o visitante encontra portão fechado uma placa com o seguinte aviso: “o ambulatório está sem atendimento por falta de profissional”. Desde março deste ano, quando não houve renovação de contrato da prefeitura com o veterinário que estava atuando, a cidade está sem atendimento veterinário gratuito. No mesmo local também funciona a Diretoria do Bem-Estar Animal (DIBEA), órgão da Prefeitura da Capital que tem como objetivo controlar a população de cães e gatos.

Mesmo com o ambulatório fechado, os serviços de castração e recolhimento ainda estão sendo feitos por quatro veterinários contratados somente para essas atividades. O trabalho desenvolvido pelo órgão é uma questão de saúde pública, pois implica no controle de doenças como sarnas, verminoses e proliferação de parasitas.

Em nota, a Secretaria de Saúde Pública de Florianópolis afirma que apesar de o contrato com o veterinário anterior ter sido encerrado, o serviço de atendimento ambulatorial nunca deixou de ser realizado. Informação essa que diverge da placa em frente ao CCZ. A nota esclarece que a DIBEA não é um hospital e nem uma clínica veterinária pública, mas que uma das funções dela é atender animais de famílias carentes.

A falta de veterinário no ambulatório não é o único motivo que impede que o serviço ao público seja feito. Segundo a chefe da administração da DIBEA, Patrícia Vieira, o atendimento é limitado por conta também da falta de estrutura. “Não somos um hospital veterinário pois não temos raio-x nem laboratório de análises clínicas. Porque de repente a pessoa vem com o animal, o médico faz o exame físico, mas são necessários exames complementares para um diagnóstico. A gente faz o que pode”.

Quando o ambulatório estava em funcionamento, eram realizados cerca

de 30 atendimentos emergenciais por dia. Ainda de acordo com Patrícia, não há previsão para que o cargo seja ocupado. “Não tem previsão da prefeitura, não sei se vai findar nesta gestão. Pode ser que provavelmente até o final do ano, ou não, a gente não sabe”.

Para o serviço de castração a fila de espera é longa, tanto para gatos quanto para cães, pois a DIBEA é o único órgão da cidade que oferece esse serviço gratuitamente. Por conta da grande procura, o órgão exige comprovante de residência, RG e CPF. Quando os atendimentos clínicos eram realizados, além desses critérios, era necessário comprovar renda familiar de até três salários mínimos.

“O ENTE PÚBLICO NÃO PODE ALEGAR LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS COMO DESCULPA. A PREFEITURA NÃO PODE SE OMITIR”

Legislação

Segundo a Constituição brasileira - artigo 225 -, é dever do Poder Público proteger a fauna e flora, na forma de lei, como impedir a crueldade com animais. Além disso, a Lei Federal 9.606/98 e o Decreto Federal 24.645/34 determinam pena para aquele que maltratar, abandonar animais doentes, bem como deixar de ministrar tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária. O Brasil assinou a Declaração Universal dos Direitos dos Animais em 1978, onde deixa claro que todo animal escolhido pelo homem para companheiro tem direito a uma vida saudável e feliz. O abandono é classificado como uma ação cruel e degradante.



Fotos: Roberta Bucheler/Zero

Órgão da prefeitura abriga e cuida de animais resgatados das ruas de Floripa

A advogada e cuidadora de animais Maristela Alves Naibo, membro da Comissão de Direitos dos Animais da OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil), acompanha casos de abandono. “O ente público tem a obrigação de implementar políticas voltadas à proteção da saúde e do meio ambiente, não sendo desculpa, portanto, a alegação de limitações de ordem orçamentária. As prefeituras não podem se omitir”, afirma.

Maristela traz ainda a questão de que o cuidado com os bichos também é de saúde pública, pois sem cuidado e assistência eles ficam doentes e, assim, se tornam vetores de outras doenças que podem atingir o homem. Para ela, só resta recorrer à iniciativa privada e voluntários. “O problema hoje reside na ausência do assunto nas pautas de discussão dos gestores públicos. O Ministério Público é quem, em regra, deve fiscalizar a atuação dos municípios, ressaltando também o papel da sociedade na vigilância das ações, mas isso não vem acontecendo”.

Hoje em dia Maristela tem oito cachorros e dois gatos sob seus cuida-

dos. Mas em frente à sua casa mantém uma caminha e potes de comida e água para animais “de passagem”. Para a advogada, essas atitudes não são apenas amor ou pena dos animais, mas sim uma responsabilidade humana.

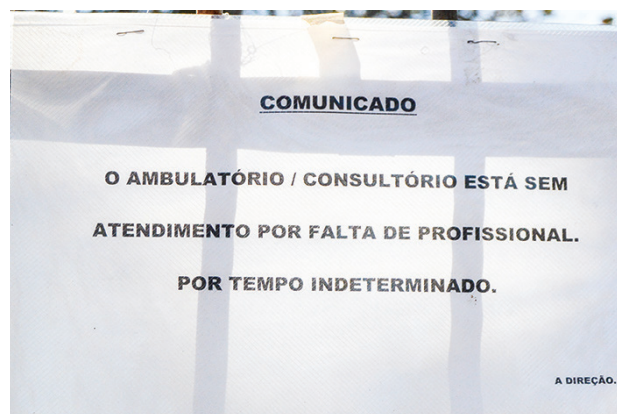
Mas Maristela não é a única na luta para ajudar de forma independente cães e gatos abandonados. A psicóloga Priscila Fernandes já cuidou de mais de 500 animais e atualmente abriga 40 em sua casa. Para cobrir os gastos, a psicóloga realiza todos os sábados um brechó no bairro Santa Mônica, o BreDog. Outra pessoa atuante na causa é Paula Jabur Elias, que há seis anos cuida de animais abandonados apenas com o auxílio do marido e dos amigos. “Se existisse uma ajuda do governo como a DIBEA, mas com veterinários suficientes, com atendimentos e castrações em massa, poderíamos ajudar muito mais animais”.

Lívia Rezende

livia.lr8@gmail.com

Roberta Bucheler

robertabucheler@gmail.com



Aviso na porta do Centro de Controle de Zoonoses alerta falta sobre a falta de profissional, quando disponível, eram realizados 30 atendimentos emergenciais por dia



Tupi, de nove anos, foi resgatado pela Polícia Ambiental na Barra da Lagoa ainda filhote, ao lado da mãe morta por pescadores

Projeto une educação ambiental e turismo

Atividade de proteção das lontras envolve pesquisadores, estudantes e a comunidade de Florianópolis

Mesmo com fortes raios de sol, a lontra Tupi, numa quente manhã de sábado, tira a preguiça e pula em seu lago particular. Parece aproveitar cada clique das câmeras dos visitantes. Entre esses, a equipe do *Zero*, que estava lá para conhecer o Projeto Lontra, uma iniciativa do Instituto Ekko Brasil para a recuperação, conservação e ampliação do conhecimento técnico desses animais. O programa acontece próximo à praia da Armação do Pântano do Sul, na Lagoa do Peri, em Florianópolis, e comemora seu 30º aniversário este ano. Além de Tupi, outras quatro lontras, uma irara e um guaxinim, recebem os visitantes.

Na Pérsia antiga, a lontra, então chamada de “cachorro-d’água”, era considerada um animal sagrado, e a pena por matá-lo era a mais alta da época. Esse mamífero semi-aquático (pois não respira dentro da água) de hábitos noturnos, em idade adulta, costuma ter de 50 a 130 centímetros, e não mais que 30 quilos. Ela tem o corpo afinado para ter velocidade na água. A lontra-neotropical habita uma faixa larga do continente americano, que vai do noroeste mexicano ao Uruguai, e ocorre mais nas áreas costeiras. Uma vez sagrada, hoje corre risco de extinção.

A principal ameaça às lontras é o ser humano, que ainda pratica - embora em menor número - a caça clandestina (muitas vezes para alimentar o comércio ilegal de peles animais), promove envenenamentos e também acaba causando danos a elas durante a pesca e atropelamentos por lanchas velozes. Como animais de topo de cadeia alimentar e sem predadores naturais, acaba ficando com o homem esse papel. Os ataques de cachor-

ros domésticos, em alguns casos, também são fatais.

O projeto foi aberto ao público apenas em 2008, quando começou a receber filhotes órfãos, acionados pela Polícia Militar Ambiental. Alesandra Bez Birolo, engenheira de aquicultura responsável pelo Projeto Lontra e presidente do Instituto Ekko Brasil, afirma que nos anos 1980, o programa acolhia dez lontras, um número elevado, já que se trata de um animal de comportamento solitário. Hoje, caiu pela metade, devido às condições ambientais e pouca evolução nas políticas públicas.

As crianças que visitam o Projeto Lontra, em excursões escolares ou com os pais nos finais de semana, recebem lições importantes para alterar a rotina, colaborar com a conservação do meio ambiente e, por consequência, beneficiar as lontras. Como educação ambiental, diminuir o tempo de banho e o desperdício durante a escovação de dentes são medidas que podem minimizar os efeitos da falta de políticas públicas para a água, por exemplo. A lontra, que vive em média de 10 a 12 anos, normalmente tem duas gestações na vida inteira. É um animal que demora para atingir a maturidade sexual. Com a perda de habitat e condições inadequadas de água, ela pode não ovular e não ter como reproduzir.

Segundo o professor de Ecologia e Zoologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Paulo César Simões-Lopes, a concentração da população no litoral acelera a degradação deste ambiente no Brasil. “Nossa perda de cobertura florestal é assustadora. As lontras são mais versáteis no uso do ambiente e têm se saído um pouco melhor. Em alguns casos conseguem sobreviver na periferia de cidades como Florianópolis. Porém, as matas de galeria, aquelas que acompanham os cursos d’água, também vêm sendo desmanteladas. Do jeito que as coisas seguem, o futuro dessas espécies é no mínimo nebuloso, mas ainda estamos em tempo de reagir”, avalia.

Simões-Lopes entende que, embora projetos como o Lontra sejam inestimáveis, não se pode deixar de reivindicar ao Estado uma política ambiental realmente efetiva. “Questões ambientais são vistas como um problema e um obstáculo ao progresso. Ledo engano: questões de conservação ambiental são uma apólice de seguro para o futuro. Povos bem informados e com uma política ambiental madura são povos cuja qualidade de vida é muito melhor. Este é o caminho que devemos perseguir”.

Até 2014, o projeto recebia um custeio do Programa Petrobras Socioambiental. Porém, mais que os recur-

sos financeiros. Alesandra entende que o maior lucro com a parceria foram as lições de sustentabilidade. Sem novo edital neste ano, o projeto não conta mais com o financiamento oficial, mas consegue andar com as próprias pernas.

Além de doações e patrocinadores, o nicho do turismo de conservação tem colaborado com a saúde financeira da iniciativa. O ingresso para visitas de adultos varia de R\$ 10 a R\$ 75, conforme a duração dos passeios, que terminam com uma passagem pela pequena loja de *souvenirs*. O Instituto Ekko Brasil mantém parcerias com agências na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que vendem os programas de ecovoluntariado, ajudando também a incrementar a renda dos projetos. Os brasileiros interessados fazem o contato diretamente com a entidade, através do portal virtual. Desde 2000, mais de 600 ecovoluntários chegaram à Lagoa do Peri buscando a experiência.

A paulistana Bruna Bolochio, estudante de Biologia na Universidade Federal de São Paulo, participou do programa por 15 dias, em fevereiro de 2015. Ela buscava um estágio que lhe desse conhecimentos na área profissional que pretende seguir, e teve “uma experiência muito satisfatória”. “Uma coisa que gostei bastante foi que eles deixam os voluntários fazerem parte de tudo... Nós não só limpávamos os recintos, como ajudávamos nas pesquisas em campo e em laboratório, além de todo o ensinamento ecológico que eles dão”. Bruna diz que ela e todos os outros voluntários da época que participou deixaram o projeto com desejo de fazer alguma coisa pelo mundo. “E apaixonados pelas lontras, é claro”, brinca. ☺



Sede do Projeto Lontra fica na Lagoa do Peri, na Ilha de SC

Gustavo Cruz
gcruzufsc@gmail.com

Luciane Toledo
lucianegtoledo@gmail.com

Michel Gomes
imichelgomes@gmail.com



Baixe o aplicativo para leitura do código - QR droid (Android) ou QR Reader (iOS) - e confira a reportagem na íntegra.

Legislação dificulta trabalho para haitianos

Imigrantes com ensino superior aceitam cargos secundários por problemas na validação de diploma

Há um ano, chegavam em Florianópolis cerca de 500 haitianos em ônibus vindos de Rio Branco, no Acre, após entrarem no país pela fronteira daquele estado. Durante o período, outros migrantes deixaram o Haiti em direção ao Brasil, chegando de diversas formas e por diferentes propósitos: estudo, trabalho, família e motivações pessoais. A imigração de haitianos continua ocorrendo no país. Muitos possuem cursos superior e alta qualificação, mas ao chegar ao Brasil, enfrentam diversas barreiras para trabalhar em suas áreas de formação.

Há um atraso na política de imigração brasileira que prejudica o trabalho haitiano no país. A Legislação de Imigração Brasileira (Lei 6815/1980), em vigor desde a ditadura militar (1964-1985), aponta no Estatuto do Estrangeiro (Lei 1815/1980) que todo imigrante residente no Brasil será admitido de acordo com a Lei de Segurança Nacional, mesma lei utilizada para implementar o Ato Institucional 5. A lei prioriza o desenvolvimento setorial, dando preferência às qualificações na área de desejo do Estado, com objetividade econômica (Art. 16 do Estatuto). Os haitianos que têm uma profissão de origem seriam admitidos de acordo com às necessidades do país. Porém, as barreiras da língua, do diploma e da legislação impedem que trabalhem em suas áreas de formação.

Para validar o diploma internacional é necessário apresentar uma série de documentos do aluno formado e da universidade de origem definidos pelo Ministério da Educação a instituições de ensino públicas do país. O processo de validação pode levar meses ou até mesmo anos, podendo ser solicitados novos documentos, aulas complementares e provas. A antropóloga Tamajara Silva, voluntária na Pastoral do Migrante - instituição que desde 1996

presta serviços e acompanhamento aos estrangeiros que chegam à Florianópolis - conta que “mesmo com currículos bons, pessoas muito qualificadas e capacitadas que vêm do Haiti com ensino superior completo, com duas faculdades falando seis idiomas pegam qualquer emprego, desde serviços gerais até vagas no comércio”.

A enfermeira Marjorie Felix, 27, é formada há quatro anos e trabalhou durante dois em um hospital público do Haiti. Há cinco meses resolveu migrar para o Brasil em busca de novas oportunidades de trabalho e hoje mora sozinha em Florianópolis. Ela fala três idiomas, conta que planejava conseguir um estágio em algum hospital como enfermeira e depois atuar diretamente na sua área. Desde que chegou à cidade, não conseguiu emprego, mesmo tendo buscado em outros setores.

Além de ajudar na elaboração do currículo, até o ano passado a Pastoral do Migrante estabelecia contato com empresas do estado, realizando conscientização sobre a questão imigratória no país. “Há muito estigma a respeito do imigrante, por medo da ilegalidade ou irregularidade. Todos esses estigmas que se criam e que não são verdadeiros. Fazíamos um trabalho de convencimento das empresas mostrando que eles têm carteira de trabalho”, relata Tamajara. Com o aumento da demanda de atendimentos de novos imigrantes e refugiados de outros países, faltam funcionários para realizar este serviço. A Pastoral do Migrante possui hoje um arquivo com mais de 300 currículos de imigrantes de várias nacionalidades, sendo a maioria haitianos.

A ausência de informações sobre a contratação de imigrantes, junto a atual crise econômica, causa a rejeição de novos funcionários e a de-



Jean Lenescart chegou no Brasil há dois anos e trabalha na Pastoral do Imigrante

“NORMALMENTE QUANDO VOCÊ NÃO ESTÁ ‘EM CASA’, VOCÊ BUSCA SEGURAR UM TRABALHO”

missão de trabalhadores das empresas e estabelecimentos locais. Outro problema: um dos setores econômicos mais fortes em Florianópolis é o de turismo, que tem maior número de vagas apenas no verão, tornando instável a permanência dos haitianos durante o resto do ano na cidade. De acordo com Tamajara, há cerca de 7 mil haitianos em Santa Catarina e aproximadamente 1.500 na capital.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que, das 10 cidades brasileiras que mais admitiram trabalhadores haitianos em 2014 (último dado disponível), quatro são catarinenses. A primeira é Curitiba, no Paraná, e a segunda é Chapecó, no oeste de Santa Catarina. Em seguida vem Joinville, Itajaí e Blumenau. No entanto, com a atual situação econômica do país, muitas empresas passaram a demitir seus funcionários, inclusive imigrantes. O construtor civil Roberto Armazón, que vive há dois anos em Florianópolis com a família, está desempregado há três meses e conta que pensa em voltar para o Haiti. “Me sinto enganado. O governo do Brasil dizia que tinha muitas vagas e agora não tem preparo para nos receber e nem respeito conosco.”

Segundo o especialista em demografia e integrante do Observatório das Migrações da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) Luís Felipe Aires Magalhães, os setores de mercado mais ocupados por haitianos em

Santa Catarina são de construção civil, supermercados, lojas e frigoríficos. Ele explica que a maior parte dos haitianos trabalha com corte de carnes em Santa Catarina, e isso tem proporcionado uma expansão no setor. “O estado de Santa Catarina tem a menor taxa de desemprego do país, e isso explica o porquê da vinda dos haitianos para cá. Os setores que empregam funções nas características com as quais a força de trabalho é admitida, com baixa remuneração, e que contratam mais trabalhadores braçais estão se expandindo no mercado”, conta Aires.

Desirade François é natural de Jacmel, no Haiti. Tem 28 anos e se formou em agronomia em 2014. Veio para o Brasil em dezembro de 2015, pois estava desempregado. Morou no Paraná por alguns meses antes de vir para Santa Catarina. Conta que já imaginava que não conseguiria trabalho na sua área de formação. Um amigo tinha lhe avisado que isso era impossível, por esta razão pela qual ele optou por não viajar com seu diploma de conclusão de curso. Trouxe apenas o certificado de conclusão do ensino médio com a intenção de fazer outra graduação no Brasil. Atualmente, Desirade trabalha num mercado hortifrutigranjeiro no Rio Tavares. Relata que não está satisfeito com seu emprego, mas precisa dele. “É preciso fazer algum trabalho quando você está fora do seu país, se não as coisas ficam feias. Normalmente quando você não está ‘em casa’, você busca segurar um trabalho. Faço de tudo no mercado, qualquer coisa. O que for preciso, eu faço.”



Mesmo com documentos regulares, o imigrante é visto muitas vezes como ilegal

O percurso da tocha olímpica por Floripa

Atletas do polo aquático e do handebol ligados à UFSC carregaram o símbolo das Olimpíadas

Os primeiros registros históricos das Olimpíadas surgiram em 776 a.C., na Grécia. O nome “Olimpíadas” veio da aliança feita nesse período entre o rei de Ilia, o monarca de Esparta, e o rei de Pissa em uma cerimônia realizada no templo de Hera, no santuário de Olímpia. A partir desse acordo, instituiu-se uma trégua, considerada sagrada em toda a Grécia, no período em que os Jogos fossem realizados.

Os antigos gregos consideravam o fogo um elemento divino e, durante os Jogos Olímpicos, sacerdotes realizavam sacrifícios em nome de Zeus e acendiam tochas nas cerimônias. Os competidores que venciam a corrida até o santuário de Olímpia podiam carregar uma das tochas até o altar e acender a pira olímpica.

Atualmente, a chama olímpica é acesa em Olímpia, Grécia, e transportada através de um revezamento de pessoas em diversas cidades até chegar a cidade-sede dos Jogos. Para as Olimpíadas do Rio de Janeiro 2016, a chama foi acesa na cidade grega no dia 21 de abril e está percorrendo 20 mil quilômetros por terra e 16 mil quilômetros de avião por todo o país.

O revezamento conta com 12 mil condutores vestidos de uniforme branco com detalhes em verde e amarelo, simbolizando a paz e a união entre as diferentes culturas regionais e povos do mundo. O percurso terminará no dia 5 de agosto durante a cerimônia de abertura dos Jogos, no estádio do Maracanã.

As pessoas que estão tendo a oportunidade de conduzir e ganhar uma representação da tocha olímpica são esportistas, ex-atletas, artistas, personalidades e pessoas com histórias de vida inspiradoras. Representando o Pólo Aquático de Santa Catarina, Toni Costa foi selecionado por sua história no esporte como atleta e técnico para carregar a tocha no dia 10 de julho em Florianópolis. Foi a segunda vez que ele representou a cidade no revezamento da tocha. A primeira foi em 2007 nos Jogos Pan-Americanos.

Por incentivo da família, começou a praticar o esporte com dez anos em São Paulo. Aos 15 foi convocado para participar da Seleção Brasileira Juvenil e depois para a Seleção Brasileira de Pólo Aquático. Conquistou o Tricampeonato Sul-americano, a vice liderança no Pan-americano Interclubes por dois anos consecutivos, a medalha de bronze do Pan de 1991 em Havana, pela Seleção Brasileira, e a Copa Sul de Pólo Aquático, em 1999, pelo time masculino da Associação de Pólo Aquático da Universidade Federal de Santa Catarina (Apaufsc).

Como técnico, Toni Costa treinou mais de 200 atletas em São Paulo e

Florianópolis. Uma das suas maiores conquistas foi o título de Campeão Sul-Brasileiro com a equipe feminina da Apaufsc por quatro anos seguidos, de 2000 a 2003.

“O BRASIL TEM GRANDES CHANCES DE GANHAR NOVAS MEDALHAS DE OURO EM MODALIDADES ONDE ATÉ HOJE AINDA NÃO GANHOU”

Costa acredita que o Pólo Aquático auxilia no desenvolvimento social das crianças, já que o esporte é coletivo e incentiva a convivência e o respeito às regras. “Precisamos de apoio em divulgação na mídia esportiva. A prefeitura e o governo podem ajudar trazendo e apoiando mais eventos”, comenta o treinador. Além da pouca divulgação, a falta de piscinas no Brasil dificulta o desenvolvimento do esporte. As equipes feminina e masculina da UFSC estão sem espaço para treino desde o início do ano. A piscina olímpica da universidade foi interditada por tempo indeterminado devido a problemas nos equipamentos. “Existe uma piscina pronta na passarela Nego Quirido que está sem uso e poderia ser um local de treinos, e inclusive de criação de projetos sociais trazendo os jovens moradores da região. Mas não sei quem administra essa piscina.”

A experiência em organização de eventos de Polo Aquático fez com que Costa fosse escolhido e contratado pelo Comitê Organizador Rio 2016 para ser Supervisor de Instalação Esportiva da modalidade, o responsável por organizar o campo para os jogos e verificar os detalhes antes do início da competição. Para ele, todas as equipes que participaram das Olimpíadas têm chances de vencer, pois o nível entre elas está bem equilibrado. “Em relação a Seleção Brasileira, minhas expectativas são grandes, temos o melhor técnico do mundo, Radko Rudi, sérvio, quatro medalhas de ouro olímpicas, e todos os jogadores jogam profissionalmente na Europa. Diante da nossa torcida, espero que o time do Brasil possa ter uma ótima competição e buscar a medalha.”

Uma entre milhares

Além do treinador de pólo aquático, outras pessoas conduziram a tocha em sua passagem por Flo-

rianópolis. Alexandra Costa Sgarabotto, estudante de Odontologia da UFSC. Ela foi escolhida através de uma promoção feita por um patrocinador dos jogos, na qual as pessoas eram escolhidas por suas histórias de vida. Alexandra ficou sabendo da promoção e pensou: “Por que não tentar?”. Em abril deste ano ela descobriu que foi pré-selecionada para o revezamento da tocha olímpica na capital catarinense.

A carta que a ajudou a ser escolhida para o revezamento foi escrita por sua mãe e algumas amigas do curso, que falaram sobre sua dedicação e paixão por esportes. Quando pequena, descobriu seu talento como goleira de handebol e nunca deixou de praticar o esporte. Aos 11 anos começou a treinar em Joaçaba. Foi convidada a representar a cidade em diversas competições municipais e estaduais. Em 2012, quando terminou o terceiro ano do ensino médio, o time pelo qual jogava encerrou sua fase. No mesmo ano, prestou o vestibular para Odontologia na UFSC e passou. Logo que soube da convocação, uma das primeiras coisas que fez foi entrar em contato com o Centro de Desportos Sociais (CDS) da universidade para descobrir se existia algum time universitário de handebol onde ela poderia continuar jogando. Alexandra compete pela UFSC há três anos e não pretende largar o esporte durante a graduação.

Quando recebeu a confirmação de que carregaria a tocha, a estudante não acreditou que tinha sido uma das selecionadas. “Eu achei surreal a ideia de carregar a tocha das Olimpíadas”. Alexandra contou para os amigos e parentes, preparou-se para o grande dia. Quando soube que poderia comprar a tocha, decidiu fazer uma rifa para adquirir o dinheiro necessário e conseguiu. Juntou quase R\$ 2 mil e hoje o símbolo dos Jogos materializa a lembrança de um momento tão especial.

A emoção da goleira com as Olimpíadas vai além do revezamento da tocha: nas férias escolares, ela viajará para assistir alguns dos jogos. Suas expectativas são grandes: “Acredito que nessa edição o Brasil tem grandes chances de ganhar novas medalhas de ouro em modalidades onde até hoje ainda não ganhou”. Assim como Alexandra, tantos outros apaixonados pelo esporte têm grandes expectativas para as Olimpíadas no Brasil e acreditam que o país possa conquistar diversos pódios na competição. 📌

.....
Gabriela Bankhardt

gabrielabankhardt@gmail.com

Juliana Fernandez

julianafernandez94@gmail.com



O homem que cria seu mundo particular

Fotos: Pedro Stropasolas/Zero



Déio mostra o terreno que transformou em lar. Há bichos: gatos para comer as cabeças da pescadinha enquanto escama, saguis acolhidos com frutas, cachorros irmãos e um galo robusto para acordá-lo e dizer que já é dia em José Mendes. Fala das invenções, a mais expressiva: a casa, construção que lhe define. Erguida com esforço único de idas e vindas até a pequena Ilha das Vinhas — à sua frente — para buscar pedras gordas e largas.

A fachada do atelier-casa é reveladora, exhibe máscaras de cimento com diversidade de uma vida inteira de criação. O processo de levantar a moradia no terreno de ribanceira é contado com entusiasmo. E lá embaixo o mundo é seu. Tem na frente o gigante adormecido, que se nota ao lado da maior montanha que o ilhéu pode avistar. Passam pedestres e carros imaginando quem mora abaixo da placa “Vende-se peças em cimento”. Que manézinho constrói aquelas caras conhecidas e nunca antes vistas? Talvez não imaginam que abaixo há um homem que cria um mundo próprio. ☺

Pedro Stropasolas

pedrostropasolas@gmail.com

